

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – JULHO 2023

REFORMA TRIBUTÁRIA.....	2
ICMS	3
LEGISLAÇÃO	3
IPI	4
JURISPRUDÊNCIA	4
IR E CSLL	5
LEGISLAÇÃO	5
JURISPRUDÊNCIA	5
PIS E COFINS	7
LEGISLAÇÃO	7
JURISPRUDÊNCIA	7
DIVERSOS	9
LEGISLAÇÃO	9
JURISPRUDÊNCIA	9

REFORMA TRIBUTÁRIA

- 1. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45/2019**
 - **Aprovação na Câmara dos Deputados (07.07.23)**

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. AM - POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVOS FISCAIS E EXTRAFISCAIS (LEI Nº 2.826/2003) – REGULAMENTAÇÃO E REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 23.994/2003
 - **Decreto nº 47.727, de 05 de julho de 2023 (DOE-AM 05.07.23)**
2. MG - PUBLICAÇÃO DE NORMAS CONFAZ – ADEQUAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO NOVO RICMS/MG
 - **Decreto nº 48.646, de 30 de junho de 2023 (DOE-MG 01.07.23)**
3. PE – OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS DESTINADAS A CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS - INCORPORAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NOS CONVÊNIOS ICMS Nºs 235/2021 E 236/2021 – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/PE
 - **Decreto nº 54.925, de 30 de junho de 2023 (DOE-PE 01.07.23)**
4. SE – PROGRAMA DE CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA – “AMIGO DA GENTE” – INSTITUIÇÃO
 - **Lei nº 9.242, de 20 de julho de 2023 (DOE-SE 21.07.23)**
5. SE – ALÍQUOTA APLICÁVEL NAS OPERAÇÕES INTERNAS E ADICIONAL DESTINADO AO FUNDO DE COMBATE À POBREZA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA LEGISLAÇÃO DO ICMS/SE
 - **Decreto nº 354, de 10 de julho de 2023 (DOE-SE 11.07.23)**
6. SP PROGRAMA DE ESTÍMULO À CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA (“NOS CONFORMES”) – CATEGORIAS A+, A E B - REGULAMENTAÇÃO DE CONTRAPARTIDAS
 - **Decreto nº 67.853, de 28 de julho de 2023 (DOE-SP 31.07.23)**
7. SISTEMA DE CAPTAÇÃO E AUDITORIA DOS ANEXOS DE COMBUSTÍVEIS (SCANC) – Aprovação de Programa
 - **Ato COTEPE/ICMS nº 97, de 06 de julho de 2023 (DOU 07.07.23)**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. AQUISIÇÃO DE INSUMOS ISENTOS POR PESSOA JURÍDICA INSTALADA NA ZONA FRANCA DE MANAUS – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
2. COMPOSIÇÃO GRÁFICA – NATUREZA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO FORMULÁRIO
 - **Portaria SEXEC/MCTI nº 7.269, de 27 de julho de 2023 (DOU 28.07.23)**

JURISPRUDÊNCIA

2. LANÇAMENTO DE OFÍCIO – RECOMPOSIÇÃO DO LUCRO DA EXPLORAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
3. MULTAS ADMINISTRATIVAS – RISCO DO NEGÓCIO - DEDUTIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
4. 13º SALÁRIO E FÉRIAS PARA ADMINISTRADORES - DEDUTIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
5. MULTA ISOLADA PELA FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVA MENSAL – CONCOMITÂNCIA COM MULTA DE OFÍCIO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
6. IRPF – ABATIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVO DESEMBOLSO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
7. INCENTIVOS FISCAIS – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL – SUFICIÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA OU NEGATIVA – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DO BENEFÍCIO MESMO SE CONCEDIDO EM NOME DE COLIGADA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
8. PJ PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA – REQUALIFICAÇÃO PARA IRPF – ATUAÇÃO EFETIVA COMO DIRETOR E REPRESENTANTE EM REUNIÕES
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. DESPESAS FINANCEIRAS - INEXATIDÃO QUANTO AO REGIME DE COMPETÊNCIA – ADIÇÃO NO PERÍODO DE REGISTRO CONTÁBIL E EXCLUSÃO NO PERÍODO DE COMPETÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. CULTIVO DE CANA – APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO DE DEPRECIAÇÃO ACELERADA – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. IRPF – STOCK OPTIONS – INCIDÊNCIA NO MOMENTO EM QUE SE EXERCE A OPÇÃO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA – INSUFICIÊNCIA DO DECRETO QUE DECLARA UTILIDADE PÚBLICA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. AUTUAÇÃO SEM OBSERVÂNCIA DA OPÇÃO DO CONTRIBUINTE QUANTO À APURAÇÃO ANUAL OU TRIMESTRAL – VÍCIO MATERIAL

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. LUCRO REAL - REMISSÃO DE DÍVIDA (PERDÃO DE DÍVIDA EQUIVALENTE À BAIXA DE PASSIVO) - INCIDÊNCIA

- **Solução de Consulta nº 4.025, de 13 de julho de 2023 (DOU 18.07.23)**

15. LUCRO PRESUMIDO – DIFAL EM OPERAÇÕES A CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE – IMPOSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA

- **Solução de Consulta nº 140, de 14 de julho de 2023 (DOU 19.07.23)**

16. LUCRO DA EXPLORAÇÃO – BENS PRODUZIDOS POR ESTABELECIMENTOS BENEFICIADO E VENDIDO POR OUTRO – INEXISTÊNCIA DE VENDA A CONSUMIDOR E PREÇO NA PRAÇA DO ESTABELECIMENTO – APLICAÇÃO DE REGRA DO IPI POR ANALOGIA

- **Solução de Consulta nº 139, de 14 de julho de 2023 (DOU 31.07.23)**

17. INVESTIMENTO EM TÍTULOS DE CRÉDITO NO EXTERIOR (*BONDS*) – INCIDÊNCIA NO GANHO DE CAPITAL QUANDO SE TORNAREM DISPONÍVEIS – INCIDÊNCIA A CADA DEPÓSITO – CONVERSÃO EM MOEDA NO CÂMBIO DA DATA DO RECEBIMENTO

- **Solução de Consulta nº 124, de 26 de junho de 2023 (DOU 05.07.23)**

PIS E COFINS

LEGISLAÇÃO

1. ALTERAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO (IN RFB nº 2.121/2022) – ATUALIZAÇÃO DE NORMAS SOBRE SETORES ESPECÍFICOS (COMBUSTÍVEIS, HIGIENE ETC.)
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.152, de 14 de julho de 2023 (DOU 18.07.23)**

JURISPRUDÊNCIA

2. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE - INCONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedentes da Justiça Federal de Mogi das Cruzes e do Rio de Janeiro**
3. SELIC DECORRENTE DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO
 - **Precedente da Justiça Federal de Osasco**
4. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE - FRETE DE PRODUTOS ACABADOS - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
5. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – DESPESAS COM CORRETORES NA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. COMERCIAL EXPORTADORA – APURAÇÃO DE CRÉDITOS SOBRE DESPESAS COM FRETES, ARMAZENAGEM, LOGÍSTICA, JUROS PAGOS OU INCORRIDOS, DESPESAS DE DESPACHO ADUANEIRO E OUTROS SERVIÇOS – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. CRÉDITO PRESUMIDO – PRODUTO QUE NÃO SE ENQUADRA NA QUALIFICAÇÃO FISCAL QUE PERMITA USUFRUIR DO BENEFÍCIO – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO – RATEIO PROPORCIONAL ENTRE RECEITAS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO – APLICABILIDADE APENAS QUANTO AOS CUSTOS, DESPESAS E ENCARGOS COMUNS – AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – DESPESAS ACESSÓRIAS – IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO DE CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – INSUMO DO INSUMO - POSSIBILIDADE

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- **Solução de Consulta nº 152, de 24 de julho de 2023 (DOU 26.07.23)**

9. REIDI – SERVIÇO DE TRANSPORTE – EXISTÊNCIA DE NORMA QUE DEFINE COMO EQUIPAMENTO NECESSÁRIO – SUSPENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

- **Solução de Consulta nº 143, de 20 de julho de 2023 (DOU 27.07.23)**

10. REIDI – INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA – IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

- **Solução de Consulta nº 143, de 20 de julho de 2023 (DOU 27.07.23)**

11. ASSISTÊNCIA À SAÚDE PAGO A COLABORADORES EM RAZÃO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO

- **Solução de Consulta nº 154, de 24 de julho de 2023 (DOU 27.07.23)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – REGULAMENTAÇÃO
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.153, de 21 de julho de 2023 (DOU 26.07.23)**
2. PROGRAMA LITÍGIO ZERO – PRORROGAÇÃO ATÉ 28 DE DEZEMBRO DE 2023
 - **Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 28 de julho de 2023 (DOU 31.07.23)**
3. CADIN FEDERAL – REGULAMENTAÇÃO
 - **Portaria PGFN nº 819, de 27 de julho de 2023 (DOU 31.07.23)**

JURISPRUDÊNCIA

4. DEPÓSITO JUDICIAL – SUFICIÊNCIA PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – IMPOSSIBILIDADE DE ALEGAÇÃO DE DECADÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
5. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – EXISTÊNCIA DE MERO INTERESSE ECONÔMICO – NECESSIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE INTERESSE JURÍDICO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO – NÃO INCIDÊNCIA – INEXISTÊNCIA DE HABITUALIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
7. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DEVIDAS A TERCEIROS – LIMITAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO AO TETO DE 20 SALÁRIOS-MÍNIMOS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de São Bernardo do Campo**
8. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DO STF ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA REPERCUSSÃO GERAL – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
9. RAT – APLICAÇÃO DO ADICIONAL – MANUTENÇÃO MESMO COM A UTILIZAÇÃO DE EPI'S
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – AVISO PRÉVIO NA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR INICIATIVA DO EMPREGADOR – NÃO INCIDÊNCIA – ABONO APOSENTADORIA – INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

11. RESPONSABILIZAÇÃO DE SÓCIO – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE PRÁTICA DE ATOS COM EXCESSO DE PODERES OU INFRAÇÃO À LEI, CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTOS DA EMPRESA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

12. BENEFÍCIO FISCAL – APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – SUFICIÊNCIA PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO MESMO SE CONCEDIDO EM NOME DE COLIGADA

- **Precedente do Câmara Superior de Recursos Fiscais**

13. DRAWBACK – COMPROVAÇÃO DE VINCULAÇÃO FÍSICA – PERÍODO ANTERIOR A 2010 – NECESSIDADE

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

14. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ABONO APOSENTADORIA – PAGAMENTO COM HABITUALIDADE – INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

15. APRESENTAÇÃO DE PROVAS DEPOIS DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO VOLUNTÁRIO – IMPOSSIBILIDADE

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

16. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – APORTES, PELA EMPRESA, EM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA DE DIRETOR – CARÁTER PREVIDENCIÁRIO E NÃO REMUNERATÓRIO – NÃO INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

17. ITR – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E COBERTA POR FLORESTA NATIVA – APRESENTAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO – SUFICIÊNCIA – DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO ADA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

18. MULTA ISOLADA PELA COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA – ILEGITIMIDADE – APLICAÇÃO DO TEMA 736 DO STF

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

19.CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ABONO PREVISTO EM ACORDO COLETIVO – NATUREZA DE COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL – INCIDÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

20.CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – MENOR APRENDIZ – ENQUADRAMENTO COMO SEGURADO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

21.COMPENSAÇÃO – INCONSISTÊNCIA ENTRE AS DECLARAÇÕES DO CONTRIBUINTE – FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA A GLOSA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

22.PROVAS APRESENTADAS NO RECURSO VOLUNTÁRIO – POSSIBILIDADE DE APRECIACÃO EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

23.CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ABONO POR ASSIDUIDADE PREVISTO EM CONVENÇÃO COLETIVA - LIMITAÇÃO A 20 DIAS DE SALÁRIO – NÃO INCIDÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

24.RECURSO QUE NÃO ATACA FUNDAMENTO AUTÔNOMO E SUFICIENTE DE ACÓRDÃO SUFICIENTE PARA MANUTENÇÃO DA AUTUAÇÃO – NÃO CONHECIMENTO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

25.CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - VALE PEDÁGIO PAGO A TRANSPORTADOR AUTÔNOMO – NECESSIDADE DE DISCRIMINAÇÃO EM FORMULÁRIO PRÓPRIO PARA GARANTIR A NÃO INCIDÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

26.CIDE – IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À PRODUÇÃO DE GASOLINA – ADOÇÃO DO METRO CÚBICO COMO BASE DE CÁLCULO – NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO MONTANTE EQUIVALENTE EM QUILOGRAMA LÍQUIDO PARA FINS DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

- **Solução de Consulta nº 129, de 26 de junho de 2023 (DOU 05.07.23)**

27.ECD – APRESENTAÇÃO COM OMISSÕES OU INCORREÇÕES – CUMULATIVIDADE DE REDUÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NOS ARTIGOS 6º E 12 DA LEI Nº 8.218/91

- **Solução de Consulta nº 127, de 26 de junho de 2023 (DOU 05.07.23)**

28. BENEFÍCIO FISCAL – EX-TARIFÁRIO – INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO DE MERCADORIA – ADEQUAÇÃO PERFEITA ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO DESTAQUE

- **Solução de Consulta nº 150, de 24 de julho de 2023 (DOU 28.07.23)**